

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte O Estado de São Paulo Class.: 229

Data 18 de novembro de 1978 Pg.: _____

Editorial

Quando a antropologia é exercida por burocratas

ESP 18.11.78

De acordo com esclarecimentos prestados pelo ministro Rangel Reis a um grupo de preocupados caciques, que o procuraram para saber dos reais propósitos do governo federal ao revolver a fundo o problema da emancipação do índio, o documento preparado a portas fechadas e analisado à revelia da opinião pública não será assinado imediatamente pelo presidente Ernesto Geisel. Então — cabe perguntar —, por que essa peça foi alinhavada e cosida pelos assessores do Planalto, mantida sob sete chaves e sonogada aos que se interessam pelos problemas do índio no Brasil? Por que tanto segredo a respeito de uma minuta de decreto, cujas linhas gerais não são aceitas pelos próprios membros da comunidade que será profundamente atingida pela iniciativa do Executivo? Por que, enfim, tentar resolver uma questão reconhecidamente delicada, no apagar das luzes do governo, sem oferecer, aos homens que assumirão os mais altos cargos administrativos da Nação, a 31 de março próximo, a oportunidade de opinar sobre a controvertida matéria?

As respostas a tais perguntas podem ser encontradas na própria ma-

neira pela qual o Ministério do Interior e a Funai conduziram e ainda conduzem a inusitada proposta de emancipação do índio brasileiro.

Ao receber um grupo de chefes preocupados com o que se faz na cúpula administrativa com os direitos que, por lei, constituem o único patrimônio ainda não subtraído aos silvicultores depois que ocupamos seu território, e desarticulamos sua cultura, o ministro Rangel Reis participou de um diálogo que seria pitoresco, se não fosse, antes de tudo, extremamente triste. De um lado, o titular da Pasta, beirando a impaciência; de outro, os índios, ansiosos, incapazes de compreender a razão que está levando o "pai branco" a insistir para que se altere um estatuto por ele mesmo escrito, aprovado e imposto no passado. Como participante desse pobre diálogo — muito mais pobre da parte dos que se arrogam posições de superioridade —, mantido entre representantes de culturas diferentes, defasadas no tempo, mas, de maneira alguma, desiguais no seu significado anímico, o ministro Rangel Reis insistia na afirmação de que "o índio somente será emancipado se ele

assim o desejar", ao que os seus interlocutores, na sua respeitável simplicidade, retrucavam logo que "o índio não deseja ser emancipado". E, assim, prosseguiu o titular da Pasta do Interior: tentando a todo custo oferecer condicionantes a quem não se conforma como o essencial.

Eis — acreditamos —, identificada pela sua base, a questão que tantas preocupações vem causando à coletividade deste país e a prestigiosos cientistas do Exterior. O governo brasileiro está tentando violentar, com a sua própria cultura e à custa de uma imposição legal por ele mesmo forjada, uma cultura submetida, mas nem por isso inferior, sob qualquer aspecto que seja. Mais ainda. Como detentor do poder e com base em princípios morais e éticos, inscritos nos seus próprios códigos de conduta, atenta contra a própria cultura brasileira não-índia, contra tudo quanto definiu como sendo justo e correto quando homens como o marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, sociólogos e antropólogos, sertanistas como os irmãos Villas Boas, prelados de atuação imparcial e por isso insuspeita, contribuíram para que as comunidades indígenas fossem

consideradas merecedoras de tutela especial, para que não sucumbissem ao embate do grupo branco, majoritário.

Aliás, é o próprio artigo primeiro do projeto que pretende alterar a posição jurídica das coletividades indígenas brasileiras que nos oferece todo o arcabouço anticultural e anti-social do documento que o Ministério do Interior pretende impingir aos brasileiros: a tal "Comissão de Apoio aos Índios e às Comunidades Indígenas" é constituída exclusivamente por representantes de ministérios e da Funai, sem uma única menção a especialistas nos assuntos diretamente vinculados à questão que se pretende debater: cientistas das áreas da antropologia e das ciências sociais.

Tudo indica que o general Ernesto Geisel, assumindo a paternidade de mais uma iniciativa conduzida de maneira inábil e apressada, acabou por colocar sobre os ombros cansados da Nação um pesado fardo, cujo conteúdo está recheado de manifestações como esta, do chefe Aniceto: "Todos os índios, agora, estão lutando contra um inimigo comum, que é o branco".